

PROPOSTA DE MOÇÃO À 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Moção em favor de políticas voltadas à saúde do trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS) visando melhores condições e relações de trabalho, segurança e proteção à saúde e pela realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), representante dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, compreende que a 17ª Conferência Nacional de Saúde é um espaço privilegiado para a aprovação de propostas que visam o fortalecimento das políticas públicas, do Estado de Direito e do Estado de Bem-Estar Social.

Desta forma, apresenta, por meio desta Moção, a defesa de estratégias e ações em saúde do trabalhador e da trabalhadora que permitam aos profissionais do SUS os cuidados em saúde, suas proteções, a preservação de seus direitos e a garantia de qualidade de vida na sua rotina e no ambiente laboral, assim como a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986, apontava para uma política de saúde do trabalhador mais ampla, quando incorporada a um conjunto de fatores de ordem política, social e econômica. O acúmulo das reflexões feitas nas Conferências Nacionais de Saúde dos Trabalhadores nos fará avançar tendo como foco a política nacional de saúde.

É fundamental prosseguir na fundamentação de procedimentos, protocolos e políticas que, agregados a infraestrutura física e às novas tecnologias, garantam a segurança e saúde dos profissionais do SUS. Os riscos inerentes às suas funções exigem políticas eficazes de cuidado e vigilância em saúde.

É preciso observar os processos produtivos causadores de sofrimentos físico e mental, que hoje constituem novos agravantes. Situações intensificadas com a pandemia do Covid-19. Casos de assédio moral e sexual, misoginia, jornada de trabalho excessiva, múltiplos empregos, falta de infraestrutura, dificuldade de acesso a EPIs e insumos, precarização das relações e condições de trabalho, entre tantas outras situações, se fizeram presentes no cotidiano destes profissionais.

Problemas assim atingem de forma ainda mais intensa os trabalhadores terceirizados do SUS, quando se torna recorrente a flexibilização de direitos, o que colabora com o aumento de doenças e acidentes de trabalho. É preciso aprofundar o tema saúde do trabalhador nas discussões de gestão do SUS.

É responsabilidade desta 17ª Conferência Nacional de Saúde encaminhar deliberações capazes de trazer avanços nas condições e relações de trabalho e que permitam assegurar o bem-estar e preservar a saúde física, social e mental do profissional em saúde. Deve se pensar sobre Normas Reguladoras (NRs) que, de fato, contribuam com a segurança e saúde durante o processo laboral.

A Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS deve aprofundar as discussões sobre política nacional de promoção à saúde do trabalhador em consonância com a de recursos humanos, que deve, inclusive, atentar à regulamentação de certas profissões. Além das legislações nacionais, é fundamental que haja o compromisso dos governos com as normas internacionais, como as da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O fortalecimento das políticas na área de saúde do trabalhador e trabalhadora, agregado as diretrizes da Política Nacional de Saúde, é uma necessidade para o conjunto dos trabalhadores. Assim como são necessárias ações específicas neste sentido para os profissionais da saúde.



Brasília – julho de 2023